

23 a 27 de junho de 2008 - Nº 51

Expansão do Ensino Profissionalizante e Senado Federal

Brasil tem, hoje, 676.093 alunos, no ensino técnico, segundo dados do Censo Escolar 2004, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC). O número representa menos de 7,5% do total de alunos que cursam o ensino médio no país (9.169.357). Essa relação já denota duas questões principais: a necessidade de expansão da oferta desse tipo de curso, cujo objetivo é formar o aluno para atuar em áreas técnicas do mercado, e a falta de mão-de-obra qualificada para ingressar, imediatamente, em vagas já disponíveis.

Foi exatamente para resolver essas incongruências que, em 2005, lançou-se um plano de expansão que, ao seu final, em 2010, pretende atingir a marca de 354 escolas, contra as 179 atuais, e um total de 500 mil vagas. Fortalecendo, ainda mais, esse objetivo, o Plano de Desenvolvimento da Educação, conhecido como Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação, lançado em abril de 2008, prevê também investimentos nesse setor para a implantação de 150 escolas, com um montante de investimentos no valor de R\$ 750 milhões.

Outra novidade que o MEC pretende implantar brevemente é a criação de escolas profissionalizantes centradas em educação, ciência e tecnologia, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets). Esses Centros especializados estão respaldados, pelo Decreto 6.095, de 2007, e pretendem concentrar o ensino na área de pesquisa e extensão, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, além de também oferecer educação básica e superior.

A criação dos Ifets, no bojo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, representa o referendo da sociedade, no sentido de colocar em maior destaque à educação tecnológica,

como instrumento vigoroso de construção da cidadania e transformação social.

O papel do Congresso Nacional tem sido ativo, no sentido de reconhecer a importância do ensino profissionalizante, como instância formadora de mão de obra especializada. Com efeito, os parlamentares apresentam, constantemente, projetos autorizativos, recomendando a instalação de instituições de ensino técnico em municípios de seus Estados. Tramitam, nas Casas Legislativas, 42 iniciativas nesse sentido, 18 no Senado Federal e 24 na Câmara dos Deputados.

Essas iniciativas, além de demonstrarem o interesse do representante congressional, em viabilizar uma melhor e mais eficiente qualidade de ensino para sua região, também representa um vetor político de pressão que, de alguma forma, influencia o tomador de decisão, no Poder Executivo, quando da escolha dos locais que receberão novas instituições de ensino técnico.

Vale mencionar que tramita, no Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 44, de 2008, do Senador Gerson Camata, que define 2009 como o "Ano de Estudo e Ensino Técnico". Nesse ano, justifica o Parlamentar, serão 100 anos da criação das Escolas de Artífices, embriões do ensino profissionalizante no País. Essas Escolas, anos mais tarde, seriam transformadas nas Escolas Técnicas Federais de Ensino Médio.

Apoiar iniciativas de expansão do ensino profissionalizante e valorizar a histórias desses centros de conhecimento e formação profissional são ações dignas de todos que desejam implementar a educação de qualidade do Brasil e, entre estes, está, com toda a certeza, o Senado Federal e os Senadores.